

MEMÓRIA E A MEDIAÇÃO: O RIO DE JANEIRO EM CHEQUE ENTRE O DIZÍVEL E O INCONFESSÁVEL

Mônica Sousa¹

RESUMO:

Este artigo propõe uma reflexão sobre os percursos da memória na constituição dos sentidos a partir de apontamentos de silêncios e de embates da memória nas coberturas jornalísticas. A análise tem como recorte três coberturas da revista *Veja* que apontam momentos chaves de tentativas de enfrentamento e consolidação dos sentidos do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa. O discurso hegemônico perpetua suas memórias dizíveis, enquanto o jornalismo, que propõe o esmiuçar dos problemas naquilo que seria indizível, revela uma camuflagem do indizível que reforça o discurso da memória oficial. No que tange os aspectos teóricos, apontamos como linha de investigação as contribuições de Marialva Barbosa, Michel Pollak, Maurice Halbwachs, Andreas Huyssen e Paul Ricouer.

Palavras-Chave: *Jornalismo; Memória; Cidade; Rio de Janeiro.*

Introdução

(...) E sabem que na longa viagem de retorno, quando, para permanecerem acordados bambaleando no camelo ou no juncos, puserem-se a pensar nas próprias recordações, o lobo terá se transformado num outro lobo, a irmã numa irmã diferente, a batalha em outras batalhas, ao retornar de Eufêmia, a cidade em que se troca de memória em todos os solstícios e equinócios. (CALVINO, 2003, p. 40)

O ano era 1908. Na cidade, as marchas de carnaval propagavam o que seria o adjetivo-mor do Rio de Janeiro – o “cidade maravilhosa” reorientava a cidade que se pretendia espelho do país. Mas as maravilhas contrastavam com uma cidade, pouco tempo antes, escravagista. O trejeito parisiense da Rua do Ouvidor coexistia com as favelas e cortiços – algo que precisava ser expurgado para que a cidade realmente se visse livre do passado que pretendia esquecer: a

¹ Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente da Universidade Veiga de Almeida (UVA). Bolsista CNPq.

algunha de “Pequena África”, que cerca de 50 anos antes tinha 1/3 da sua população nascida na África (Lessa, 2001, p. 174). É pelo título de maravilhosa, criado pelo maranhense Coelho Neto, que se elabora o Rio do futuro, herdeiro de seu passado (mas, principalmente, mantenedor deste Rio). Desta lógica de maravilha que os prefeitos Pereira Passos (1902 – 1906) e Carlos Sampaio (1920 – 1922) iniciam a decolada do Rio de Janeiro cosmopolita. É justamente a imagem da cidade o cerne da questão das reformas urbanas que se sucederam desde o começo do século XIX – era preciso deixar de ser pestilenta, mas principalmente deixar de parecer sê-la. As remoções de cortiços, a abertura de grandes avenidas e a demolição do Morro do Castelo são alguns dos principais pontos da reestruturação urbana do Centro do Rio, realizados durante as obras do bota - abaixo de Pereira Passos e de construção dos imóveis que sediaram a Exposição Universal e celebrariam o Centenário da Independência do país.

Num salto de mais de 100 anos, a cidade se prepara para sediar dois grandes eventos mundiais. Ainda com a alcunha exaustiva de maravilhosa, o Rio de Janeiro esbarra nos mesmos dilemas: como se tornar o modelo ideal de uma cidade turística e globalizada diante dos contrastes entre a Zona Sul, as favelas e os subúrbios? É a imagem da cidade que está em pauta, mais uma vez. Ao contrário do início do século XIX, o poder público agora se diferencia, em seu discurso², dos moldes de Pereira Passos e Carlos Sampaio porque propõe uma integração da cidade, o oposto do bota - abaixo e da exclusão da grande parcela da população, expulsa das áreas consideradas essenciais para a imagem do Rio. É neste sentido, que este trabalho procura iniciar reflexões, a partir do discurso do jornalismo, dos caminhos desse Rio de Janeiro “integrado” a partir de apontamentos dos silêncios e dos embates da memória da cidade. Para isso, basearemos este percurso em três edições da revista Veja (28 de outubro de 1992; 04 de outubro de 2009; 01 de dezembro de 2010), respectivamente o arrastão na praia do Arpoador em 1992, a escolha da cidade para as Olimpíadas de 2016 e os confrontos na Vila Cruzeiro em 2010. Tais coberturas apontam momentos-chaves de tentativas de enfrentamento e consolidação dos sentidos de cidade maravilhosa. Em 1992, o “arrastão” levantou questões acerca do lazer e das divisões territoriais – é deste episódio a proposta de “piscinões” em Cieps do subúrbio. O contexto de cidade partida toma novos rumos com a escolha da cidade como sede olímpica em 2009 e as propostas de integração da cidade são a tônica das ações governamentais. Já em 2010

² www.cidadeolimpica.com – “Transformar o Rio. Integrar a cidade e promover a maior mudança social e urbana dos últimos cem anos. Desde o início do século passado, quando nos tornamos a Cidade Maravilhosa, não se via nada parecido. Agora a missão é ainda mais ambiciosa: fazer dela a Cidade Olímpica.”

os confrontos na Vila Cruzeiro expuseram as fragilidades da cidade e marcaram as novas ações de combate ao crime, com a criação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).

A disputa pelo maravilhoso

Como é possível repetirmos o jargão de cidade maravilhosa tantas décadas depois do período, considerado no presente, como áureo para a cidade? Se levarmos em conta dados da desigualdade social de um século atrás, período muito próximo ao fim da escravidão, as maravilhas da cidade se pautavam essencialmente na paisagem exuberante e numa elite que se afrancesava nos usos e gostos. Num cenário paisagístico um tanto diferente daquela época, considerando o aumento do uso dos morros como moradia³, além do crescente número de moradores de rua⁴, a cidade enfrenta uma luta contínua para manter mercadologicamente o uso de Maravilhosa.

Somos nós, cidadãos, pessoas comuns, que lembramos e pensamos a cidade, mas a memória individual, como a analisa Halbwachs (2006), está enquadrada em diferentes referências produzidas num contexto socialmente construído, na memória coletiva. A questão central daquilo que lembramos está na disputa em torno desta produção de significados que depende essencialmente das situações em que são geradas – é neste sentido que a memória é trabalho de construção que assegura sua legitimação na disputa. O que nos leva a um sentido de memória coletiva que é compartilhada dentro de grupos, sendo ao mesmo tempo lembrança de um acontecimento vivido, evocação e escolha do passado.

Em Paul Ricouer (1994) encontramos um dos caminhos para as reflexões acerca de tais questões. O autor não aprisiona os sentidos possíveis a interpretações, já que o contexto do discurso é complementado também pelo que o autor chama de processo mimético. Em suas análises, Ricouer concebe a narrativa como processo de três momentos simultâneos, no qual a hermenêutica transita para além da simplificação sujeito/texto, havendo sempre a possibilidade do surgimento de novas leituras. A visão de um tempo ditado pela experiência de uma não-linearidade nesses modos miméticos (prefiguração, configuração e reconfiguração) permite perceber a configuração textual pela articulação das mímeses - sendo tal relação que configura a narrativa como mediação. A visão de complexidade apresentada entre os modos miméticos

³ Dados da reportagem analisada na revista *Veja* (1 de dezembro de 2010) apontam que existem hoje no Rio cerca de 1200 favelas. Não há uma especificação de quantas destas estão em morros.

⁴ Alguns projetos da prefeitura do Rio de Janeiro recolhem menores moradores de rua de alguns bairros da cidade, como Ipanema e Copacabana. Na Barra da Tijuca já há um projeto que impede a mendicância em semáforos.

não demarca fronteiras precisas, sendo antes, uma abordagem focada no (e pelo) movimento que vai estabelecer através da tessitura da intriga⁵ articulações de formas simbólicas. Deste modo, as dimensões simbólicas são tomadas por relações sociais de conflito, de poder, de negociação, de ideologia, daquilo que o autor definiu como mundo prefigurado⁶. E uma leitura das edições da revista *Veja* perpassa um conjunto de significados anteriores coletivos e individuais que em articulação darão significado ao texto. Sendo a construção (resgate e ordenamento) da memória algo ficcional, ela nos direciona a um passado reatualizado e centrado na ação do próprio homem. Assim, o que propicia a mediação do tempo é a própria impressão que se tem dele.

O que nos leva, a partir das mímeses a um presente mediador do que fomos no passado, do que somos no presente e do que seremos no futuro. Tal é a percepção distendida que gera o que Ricouer chama de concordância/discordância. Em outras palavras: a distensão permite que a discordância (o que recua e o que avança) jogue com o tempo para que num plano subjetivo arrume o mesmo tempo (concordância). Esta distensão do presente nos coloca num jogo de memória e também de expectativas. Daí que, lembrar, esquecer e silenciar faz parte do repertório que criamos para lembranças.

As imagens da praia, do Cristo Redentor e do céu azul, por exemplo, formam um quadro de pensamentos, de reconhecimento e de familiaridade. Reconhecemos nessas imagens o objeto “Rio das Maravilhas” pelo significado criado coletivamente para tais imagens num fluxo de impressões pessoais e correntes do pensamento coletivo. O mesmo para as sentidos criados numa imagem do Arpoador com muitas pessoas, na qual a descrição é de horror, “Arruaça na Areia” e o texto prossegue: “Com muita baderna, poucos ônibus e quase nenhuma polícia, as galeras dos subúrbios estragam a inauguração do verão no Rio de Janeiro”. Está na construção social, aliada às nossas percepções passadas, a evocação de lembranças isoladas. A mídia constrói as emoções, os sentimentos e as reflexões do grupo – o que Halbwachs chama de “empréstimo de voz”. A repetição sistemática das associações à cidade maravilhosa, assim como acontece, no mesmo grau, às representações dos horrores associadas ao que não se encontra no binômio “praia” / “montanha sem favelas”, faz parte do que o autor chama de ausência/presença: ao impor limites à realidade concreta no jogo das representações,

⁵ Intriga no sentido empregado por Aristóteles e retomada por Ricouer em *Tempo e Narrativa* – composição verbal que faz com que o texto se transforme em narração.

⁶ Ricouer tomou de Clifford Geertz, em *The Interpretation of the Cultures* essa concepção da relação do simbólico com os processos culturais que articulam a experiência.

garantimos que quanto mais presente for uma representação, mas difícil se torna enquadrá-la com memórias inventadas. Assim, mais complexo se torna produzir, também, o esquecimento.

Longe do perceber a articulação entre as memórias coletivas e individuais como um trabalho de adesão efetiva ao grupo, Pollak (1989) vai além de Halbwachs. Ao estabelecer fronteiras socioculturais e definir lugares, a memória coletiva mascara seu caráter uniformizador e opressor. Este caráter denota que a memória coletiva se dá em disputa e vai além da coesão, mas de um trabalho de convencimento da memória hegemônica – o que não quer dizer que a memória se dê por coesão ou corremos o risco de cairmos na armadilha da ideologia dominante. Por mais que as memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) das minorias suburbanas e faveladas aflorem nas matérias analisadas, elas se concentram na polaridade do assunto envolvido. O que nos leva a uma continuidade de representações e ao prolongamento de discursos fundadores. Uma síntese das matérias analisadas facilita entendermos como os embates e os silêncios formam estratégias e também recalques. Vejamos:

Na edição de 1992, os embates Zona Sul X Restante da Cidade são transparentes e resultados de processos de memória hegemônica, no qual a cidade maravilhosa continua com seus entraves à perfeição por uma camada da população - segundo palavras da reportagem: “no contra fluxo, ônibus começaram a despejar nas praias do Leblon, Ipanema e Copacabana moradores de bairros distantes, das zonas Norte e Oeste e de subúrbios do Rio”⁷. Ao longo da reportagem encontramos: estratégia de Brizola, então governador do estado, na “construção de piscinas em Cieps para conter os pobres em seus bairros”⁸; sugestão de César Maia, então candidato à prefeitura, ao uso de tropas do exército para intimidar ações de suburbanos; menção a uma possível ofensiva de surfistas e halterofilistas da Zona Sul que se preparavam para vigiar a praia no final de semana seguinte; além de um box com fotos e falas de entrevistados (com fotos) como a seguintes:

A dona de casa Águida Nozari passeava com a filha Natasha e alguns amigos no Calçadão de Copacabana quando deu de frente com o pessoal do subúrbio. Escondeu-se atrás de um quiosque e acompanhou a confusão na areia. ‘Era um bando mal-encarado, de gente escura, pobre e mal vestida’.⁹

Num momento em que se discutiam estratégias para que a unidade da cidade fosse estratificada em áreas de lazer específicas e condizentes com as situações socioeconômicas, é

⁷ Veja, 28 de outubro de 1992, pag. 18.

⁸ O que parece ser dito com certa ironia da reportagem, se concretiza anos mais tarde com a inauguração do “Piscinão de Ramos” atrás de um Cieps na avenida Brasil.

⁹ Veja, 28 de outubro de 1992, pag. 20.

curioso perceber como o conceito totalizador de cidade se fragmenta. Há não apenas uma segregação de espaços, mas de conceitos do que é a cidade do Rio de Janeiro: a praia é invadida, os ônibus despejam suburbanos, “um formigueiro de 600 mil pessoas em 8 km de areia”. Dentre os principais problemas apontados na matéria estão os confrontos entre gangues de favelas e de bairros do subúrbio que também estavam na praia. A areia se tornou o palco dos confrontos locais, mas também de uma realidade da cidade maravilhosa: há pontos da mesma cidade que não compartilham da alcunha conquistada em 1908.

São estes contrastes que, na matéria, resvalam a característica de uma cidade com unidade fragmentada, o que Zuenir Ventura (1994) chamou de “partida”. Os confrontos na praia em 1992 evidenciaram a cidade que se estrutura em espaços de permissão, numa segregação “sem” expulsão. Embora a matéria aponte os problemas de furtos e confusões, os apontamentos aparecem mais voltados para as questões de permissões e de territorialidade deste espaço da praia e da areia - da permanência em áreas da zona sul carioca. Como propõe Certeau (2011), mesmo que no discurso a cidade seja uma baliza totalizadora para as estratégias sociopolíticas e econômicas, a vida urbana que dela se prolonga é composta de contradições e não é um campo de operações controladas e programadas, como anseia a revista ao longo de sua edição. “Logo que a aurora rododáctila tocou o translúcido céu carioca, um clamor clandestino percorreu a cidade com ímpeto homérico: hoje vai dar praia”¹⁰. A fragmentação é colocada, mas não discutida: como de maravilhosa ela se tornou caldeirão de diferenças territoriais? Como a memória da cidade maravilhosa transformou espaços de seus limites em clandestinos?

Tal é a questão, que mesmo que estejamos a mais de 100 anos do título de maravilhosa, as ambiguidades urbanas inerentes à cidade ainda constituem blocos de representação (maravilha / caos) praticamente (e perigosamente) consolidados. A questão que se faz é: como propor integração a uma organicidade que se estrutura representativamente dividida? Certeau (2011) encontra caminhos a esta reflexão quando trata da transformação do fato urbano em conceito de cidade. Nesta perspectiva, ele assinala que antes do fato tratar-se como figura da história, necessita ser tratável com uma unidade que depende da racionalidade urbanística. Ou seja, a cidade e o conceito que se tem dela devem formar um jogo, uma progressiva simbiose. “planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a esse pensamento plural: é saber e poder articular.” (CERTEAU, 2011, p. 160)

¹⁰ Veja, 28 de outubro de 1992, pag. 18.

É interessante trançar este ponto de vista de Certeau com o de Jeudy (2005), para quem ao se criar para a cidade uma apresentação voltada para objetos referenciais que asseguram uma delegação simbólica, não há, contudo, a ocultação de sua densidade própria, apreendida a partir de sua expansão periférica. Deste modo, para Jeudy, a cidade não forma uma totalidade orgânica devido à explosão de sua densidade própria, o que a fez se cindir em um centro e uma periferia. Pensar, então, em alteridade, proximidade e integração “são apenas signos petrificados de uma alteridade fabricada”. (JEUDY, 2005, p.96), como se fosse possível manipular e construir relações de alteridade. Oras, para cerzir a cidade é necessário então que se comece a partir das relações já existentes, que é a condição implícita da condição de cidade.

Este modelo partido, no discurso, entra em vias de extinção na proposta de uma cidade integrada (e integradora). Dezesete anos depois, na edição de 07 de outubro de 2009¹¹, a escolha da cidade como sede Olímpica é o divisor de águas dos discursos publicitários sobre o Rio de Janeiro e a reportagem evidencia o interesse em um Rio de Janeiro menos partido – ao menos na teoria. É, por exemplo, o que encontramos no passado glorioso do Rio de Janeiro aclamado pelos textos analisados na matéria *O salto do Rio*: “A cidade está diante da chance histórica de transformar a saudade de um passado glorioso em projeto de futuro”¹². Na matéria, ilustrada com fotografias das décadas de 40 e 50 e com legenda especificando o tempo glorioso, a abordagem compara o Rio com as mudanças ocorridas em Barcelona para as Olimpíadas de 1992. Há a concepção de um projeto futuro da cidade que, no entanto, se espelha num passado de paisagem muito mais do que numa crença em estruturas físicas e sociais. Na frase “acordar o Rio de um longo sono”, as questões vão para além da paisagem e a matéria segue pelos problemas estruturais. Na matéria seguinte, *Um projeto de futuro*, aparece especificamente a necessidade de recuperação dos espaços degradados da memória da cidade. Ora, tais espaços construídos nos período áureo das edificações coincidem especificamente com a ocasião das derrubadas de cortiços e de morros e da expulsão de moradores que foram transferidos para favelas em bairros do subúrbio. O halo da malfadada época aflora discretamente, apenas. As causas e suas marcas só estão no presente, como se fossem desconectadas. E o projeto de futuro promissor depende deste presente, mas com as arestas do

¹¹ Esta edição da revista *Veja* contou com três matérias sobre a escolha do Rio de Janeiro como cidade olímpica: “O Rio rumo ao Olimpo”, “O Salto do Rio” e o “Um projeto de Futuro”.

¹² *Veja*, 07 de outubro de 2009. Edição 2133, pag., 219.

passado da “paisagem”. Vejamos este trecho que abre a matéria *Um projeto de futuro*, também da edição de 07 de outubro de 2009:

Há duas maneiras de identificar um momento histórico. Ou estar diante dele ou reconhecê-lo analisando fatos passados. Prevê-lo é possível, mas o duro é que ele precisa acontecer. É nesta situação que se encontra a cidade do Rio de Janeiro. Prenuncia-se para aquele trecho da costa brasileira (...) uma virada em sua trajetória decadente.¹³

Seguindo o que diz a matéria, “um evento como este é como reformar a casa para uma grande festa”. E tal reforma, como aponta o texto, já havia sido iniciada na administração atual dos governos federal, estadual e municipal. Um texto que caminha muito próximo do discurso governamental deixa de lado nesta abordagem que uma reforma semelhante em proporções foi feita nas duas primeiras décadas de 1900, também para um grande evento. Quando se refere à reforma proposta para a Praça XV e para a área portuária, a matéria se atém exclusivamente a apresentar os projetos e a única menção do passado é que uma área como esta não deveria ter sido abandonada. E vai mais longe: a ideia em derrubar o atual viaduto da Perimetral para deixar à mostra a beleza da Baía de Guanabara: desanuviar a paisagem é associado, no texto, a qualidade de moradores a médio e longo prazo. Não se trata de contestar ou não a questão da qualidade de vida, mas de perceber como a questão da paisagem paira sobre os discursos de melhorias e de integração. Um bom detalhe: as matérias, que compõem a matéria especial da edição de 07 de outubro de 2009, não abordam em nenhum momento a questão da violência, das moradias decadentes e da situação dos subúrbios e favelas. Os desafios à Olimpíada estão centrados nas obras, que a matéria chama, de “esforço olímpico”¹⁴. O mais próximo dos problemas sociais do Rio de Janeiro aparece no trecho

(...) Volta a ser o centro das atenções internacionais não mais por ter uma população refém do crime organizado, mas pela capacidade de seus moradores e governos de se organizar de tal forma que o crime passará a ser o que é em toda grande metrópole – uma moléstia urbana crônica, se não curável, pelo menos tratável.¹⁵

Vale seguir o pensamento de Pollak quando o autor aponta como a fronteira entre o confessável e o inconfessável é marcada ao separar as memórias de grupos específicos daquela que a “sociedade majoritária ou o Estado desejam impor” (POLLAK, 1989, p. 8). De tal modo,

¹³ Veja, 7 de outubro de 2009, edição 2133, pag. 237

¹⁴ Os planos destacados pela revista de 07 de outubro de 2009 (edição 2133): arco rodoviário, sistema de ônibus, reforma parque aquático Maria Link, ampliação do metrô, reforma do aeroporto Galeão, ginásios do Centro Olímpico de Treinamento, reforma Maracanã, adaptação do Sambódromo, Estádio de Remo da Lagoa, Reforma do Engenho, Reforma do Velódromo, Reforma Vila Olímpica e plantio de árvores.

¹⁵ Veja, 07 de outubro de 2009, pag. 14.

que em determinada estrutura estratégica discursiva - seja nas propagandas governamentais que atravessam a leitura da revista ou o próprio texto jornalístico, especificamente analisado neste aqui – os resgates de certas lembranças dependem, invariavelmente, de determinados aspectos que se deseja evidenciar no enquadramento de tal memória. O trabalho de enquadramento se sustenta na própria história e as cidades, assim como as organizações políticas, associam o próprio passado a uma imagem que ela forjou para si mesma. E tal imagem não comporta determinadas lembranças e situações, daí a necessidade de reinterpretação deste passado. Reproduzimos mais um trecho:

Todas as exigências feitas pela organização têm como objetivo deixar um legado de desenvolvimento para a cidade. (...) a cidade abraçou esta oportunidade com um projeto competente. Um dos melhores exemplos é como tirou proveito da paisagem. Os cartões postais da cidade são estruturas esportivas naturais.¹⁶

Para Pollak (1989) o silêncio sobre o passado pode ser também uma artimanha e, longe de conduzir ao esquecimento, é resistência aos excessos de discursos oficiais. Como o jornalismo, guardião da memória e também das expectativas, apresentaria os elementos da memória subterrânea, que está para além da oficial¹⁷? O trabalho da memória é de lembrança, mas também de esquecimento. Não se trata de um esquecimento por desvio, mas um enquadramento daquilo que se pretende reverenciar, tornar como sentido de uma recordação. Ao propor, no final da matéria *Um projeto de futuro*, que não se deve mais reclamar do passado (no caso, a mudança da Capital Federal para Brasília e o descaso federal com a cidade depois da transferência) para prosseguir, o esquecimento estratégico é notadamente apresentado.

Alguns aspectos desta relação podem ser apontados na matéria de capa da revista *Veja* de 01 de dezembro de 2010, que trata dos conflitos na favela da Vila Cruzeiro. Vale lembrar: na última semana de novembro de 2010 os meios de comunicação divulgaram uma série de incêndios de ônibus, de carros e de caminhões que criaram um clima de medo na cidade. Pelas informações da polícia, os ataques eram coordenados principalmente pelos traficantes da Vila Cruzeiro e, no dia 25 de novembro o Batalhão de Operações Especiais (Bope) entrou na favela. A justificativa da polícia, segundo a revista *Veja*, para os ataques dos traficantes seria o descontentamento deles com a nova política de segurança pública. Neste momento de “integração” em que obras para as Olimpíadas atravessam as zonas Sul, Norte, Oeste e área

¹⁶ *Veja*, 7 de outubro de 2009, edição 2133, pag. 234.

¹⁷ Uma das grandes obras de infraestrutura no Rio de Janeiro é a Transcarioca. A obra cortará a cidade desde a Barra da Tijuca ao Aeroporto Galeão e se transformou numa grande batalha entre moradores da Zona Norte/Subúrbios e Governo do Estado devido às desapropriações.

central¹⁸, há também a integração das favelas por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)¹⁹. A matéria, ao contrário da cobertura do Arrastão de 1992, já faz parte deste outro momento discursivo do Rio de Janeiro em que a proposta é resolver os problemas estruturais da cidade e não apenas de parte dela - como no discurso disseminado pelo Governo do Estado e da matéria da edição da revista *Veja* que comemorou a escolha do Rio como sede olímpica²⁰, que, no entanto, abordou superficialmente a questão da segurança pública e dos problemas sociais da cidade.

Com o título “A Guerra começa a ser vencida”, a reportagem de 01 de dezembro de 2010 trata exatamente das instalações das UPP’s como a estratégia de integrar a cidade, a partir da instalação da primeira unidade em Botafogo, no Morro Dona Marta, em 2008. No entanto, estar mais próximo da integração da cidade, no discurso, aparece mais como uma tentativa hegemônica num prosseguimento de enquadramentos da memória de referências ausentes. O texto começa com uma dicotomia de bom *versus* mau e prossegue com a marca do território:

(...) blindados da Marinha adentrando a favela de Vila Cruzeiro, no bairro suburbano da Penha, um símbolo do poderio do tráfico no Rio de Janeiro. (...) Ali, onde a bandidagem havia montado seu principal centro de distribuição de drogas, armas e munição para os morros cariocas. (...) Com isso, espera-se, o poder desproporcional do tráfico, que cresceu como um tumor maligno irrigado pelo populismo de governantes irresponsáveis, terá um de seus epílogos. Faltam muitos outros. Dois deles mancham a magnífica paisagem carioca: as favelas do Vidigal e da Rocinha, que volta e meia são sacudidas por guerras de traficantes, espalhando o terror pela Zona Sul.²¹

Ao longo da matéria, são detalhadas as estratégias da operação militar e comparações com operações semelhantes de combate ao crime ocorridas em outros países da América Latina. A revista aponta que a invasão possibilitou ao mundo e ao país uma dimensão da magnitude do crime organizado na Vila Cruzeiro. Não há, no entanto, uma única entrevista com moradores da região, não há menção de como os moradores convivem há décadas com os mandos e desmandos do tráfico. A referência direta da ação, de acordo com a revista, está na capacidade da cidade em sediar os grandes eventos de 2014 e 2016. Um gráfico com o mapa

¹⁸ Um das obras é a *Transcarioca*, que em sua propaganda aponta “Da Barra da Tijuca ao Aeroporto Tom Jobim”, mas a obra corta muitos bairros do subúrbio e tem gerado muitas ações judiciais devido a desapropriações.

¹⁹ Não mencionadas em momento algum nas matérias sobre a Olimpíada da edição 2133 de 07 de outubro de 2009.

²⁰ *Veja*, 07 de outubro de 2009.

²¹ *Veja*, 01 de dezembro de 2010, edição 2193, pag. 135.

das favelas do Complexo do Alemão assinala: 25 favelas, 120 mil habitantes, 150 traficantes. Abaixo do título de tal gráfico, encontramos “(...) os bandidos escolheram suas vítimas inocentes em 29 pontos da região metropolitana distantes, das bases permanentes da polícia, as Unidades de Polícia Pacificadora”. O texto suscita a interpretação de que nos pontos de UPPs não houve ataques, numa sintonia com o descontentamento de uma operação que estaria dando certo. Mesmo assim, não há na matéria retrancas para destacar os trabalhos e a rotina de outras favelas em que há UPPs – muito menos referências aos problemas de corrupção, de infraestrutura e de despreparo policial. Numa tônica jornalística de diversidade em que os diversos segmentos sociais devem estar presentes, o que encontramos no texto são falas de fontes oficiais do alto comando da segurança pública, o que revela o caráter “hegemônico” do enquadramento.

Como pensar a cidade para além de parâmetros dicotômicos se as discussões acerca das estruturas do tecido social permanecem as mesmas? Para além de pensar a relação dos discursos sobre a cidade sob a ótica governamental, como poderia o discurso do jornalismo apreender a lógica da integração se a memória enquadrada nestes discursos é mantenedora de uma ordem? A integração do espaço da favela pelas UPP’s não exime do discurso as manchas que causam na “magnífica paisagem”. Como nos aponta Andreas Hyussen (2000) são os modos de rememoração que nos define no presente, o que nos leva a condição de precisar do passado para ancorar as identidades e alimentar uma visão de futuro. Se o passado glorioso não é assunto recorrente nesta reportagem, também não se aprofunda a questão da Vila Cruzeiro e das outras 1020 favelas existentes na cidade (dado apresentado na próxima matéria). O questionamento se foca na capacidade da cidade de sediar os eventos de 2014 e de 2016. A integração se processa na iniciativa de tomada de territórios controlados, e uma linha do tempo traçada num box com o título “O plano e a realidade” começa com a UPP do morro Dona Marta em 2008 e termina com a Copa do Mundo de 2014, que inclusive, está grafada pela sua logo (uma taça de copa do mundo em verde e amarelo escrito 2014). Assim, seguindo Hyussen, ao revisitarmos o passado numa correlação entre o presente e o passado, a vontade presente tem um poder inevitável em direcionar o que e como lembramos algo. Não se trata, então, de crer numa memória fundamentalmente pura - a questão perpassa à orientação do enquadramento no nosso presente. Vejamos a partir de Hyussen:

O passado lembrado com vigor sempre estará inscrito no nosso presente, a começar pela nutrição de nossos desejos inconscientes até a orientação das nossas ações mais conscientes. Ao mesmo tempo o passado lembrado com vigor pode se transformar

em memória mítica. Não está imune a fossilização, e pode tornar-se uma pedra no caminho das necessidades do presente, ao invés de uma abertura no *continuum* da história. (HUYSSSEN, 2000, p. 69).

Como sugere Marialva Barbosa (2007), a imprensa funciona como um mecanismo de transformação do ausente no presente, daí ser constitutiva aos meios de comunicação a função de arquivo da memória em que perpetuar uma situação e um momento resvala no poder de domesticar e selecionar a memória. A mídia se estabelece, então, como fundadora da memória contemporânea. Nesta linha de pensamento, Marialva delinea como a imprensa ao reter o excepcional, mesmo nos relatos cotidianos comuns, há uma busca por detalhes que o excepcione, cria uma memória do excepcional – uma preservação seletiva da memória que garante, sobretudo, o poder de ser não somente a guardiã da memória, mas também daquilo que se propõe esquecer.

Ora, o poder de fazer lembrar e fazer esquecer estaria diretamente relacionado ao vigor que se pode ter para significar momentos e situações, como é o caso do Rio de Janeiro e seu tempo áureo. A questão é discutir e examinar se os meios de comunicação ao sobrepuserem os aspectos excepcionais deste momento não estariam fossilizando o “cidade maravilhosa” e a elevação deste aspecto não impediria perceber o presente da cidade e suas realidades. Não se trata de opor dicotomicamente lembrança e esquecimento nas análises como se não fossem elementos constitutivos da memória, que lida essencialmente com estas situações. Toda memória depende de distanciamento e o esquecimento faz parte do processo. Mas os elementos estruturantes do jornalismo tendem a não só pautar como, também, a estabelecer o passado / memória consumado. Voltando a Huyssen, uma pedra no caminho entre o presente e o futuro.

Considerações

Embora a abordagem jornalística em relação à violência toque em assuntos cruciais para entendermos como se processaram as diferenças socioeconômicas e territoriais, tais diferenças aparecem como causa da violência e não há uma discussão mais séria de como este maravilhoso pode ser o criador de tais aspectos segregadores – e neste viés interpretativo, a segregação e a favela não passam a causa da violência, mas a uma consequência não apenas de estruturas políticas desabonadoras e pretensivas, mas especificamente a uma consequência de entender a cidade pelo seu aspecto paisagístico, quase satisfatório, e mantenedor de uma ordem espetacular, que não deu conta de, num processo em longo prazo, sair do foco da imagem para

o da concretude de uma cidade verdadeiramente maravilhosa - para além das repetições sistemáticas dos cartões-postais. O esquecimento da memória e da história da cidade e do processo de segregação iniciado com o conceito de maravilhosa é também uma forma de prolongamento de tal apartheid territorial. O discurso hegemônico perpetua suas memórias dizíveis, enquanto o jornalismo, que propõe o esmiuçar dos problemas da cidade naquilo que seria indizível, revela uma camuflagem de indizível que reforça os parâmetros do discurso da memória oficial. Ora, a questão é problematizar a efetiva contribuição para as necessidades presentes se há, nas matérias analisadas, a insistência de um enquadramento que perpassa os mesmos direcionamentos da memória. O congelamento das lembranças na paisagem, longe de avançar, nas edições apresentadas em três momentos distintos, direciona o presente pautado num passado que parece não ter arestas que oriente as discussões para outros parâmetros.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Marialva. Memória: um passeio teórico. In: **Percursos do olhar** – comunicação, narrativa e memória. Niterói, RJ: EdUFF, 2007.
- CALVINO, Ítalo. **Cidades invisíveis**. O Globo. Rio de Janeiro, 2003.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: **A memória coletiva**. SP, Vértice, 1990, pp. 25-52.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna-RJ, 2000.
- JEUDY, Henri-Pierre. A crítica da estética urbana. In: **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. Revista do Programa de Pós-graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, PUC/SP, 10, Nov/93, pp. 7-28.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.
- VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. Rio de Janeiro, Cia das Letras, 2000.
- RICOUER, Paul. Tempo e narrativa. A tripla mimesis. In: **Tempo e Narrativa**, vol. 1. Campinas: Papirus, 1994, pp. 93-147.